

INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ

Termo de Referência 180/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
180/2025	158133-INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ	CARLOS ALEXANDRE BASTOS GONCALVES	01/04/2026 11:57 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	89/2025	23255.004325/2025-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23255.004325/2025-31)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de empresa(s) especializada(s) para locação de veículo do tipo utilitário /pick-up diesel, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ÓRGÃO /CAMPUS	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	IFCE - Reitoria	1	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	4014	mensal	2	R\$ 12.326,91	R\$ 24.653,82	R\$ 295.845,84
		2	Locação de veículo sem motorista tipo SUV		mensal	1	R\$ 18.453,29	R\$ 18.453,29	R\$ 221.439,48
		3	Locação de veículo sem motorista tipo minivan		mensal	1	R\$ 8.625,66	R\$ 8.625,66	R\$ 103.507,92
	IFCE - Cauaia	4	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Fortaleza	5	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
					mensal			R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92

	IFCE - Maracanaú	6	Locação de veículo sem motorista tipo pickup			1	R\$ 12.326,91		
	IFCE - Pecém	7	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - São Gerardo	8	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Messejana	9	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Cascavel	10	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
TOTAL GRUPO 1 (R\$)									1.656.253,68
2	IFCE - Acaraú	11	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	4014	mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Camocim	12	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Itapipoca	13	Locação de veículo sem motorista tipo		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Umirim	14	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Sobral	15	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Tianguá	16	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Ubajara	17	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
TOTAL GRUPO 2 (R\$)									1.035.460,44
3	IFCE - Baturité	18	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	4014	mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Guaramiranga	19	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Canindé	20	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Quixadá	21	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Crateús	22	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Tauá	23	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
TOTAL GRUPO 3 (R\$)									887.537,52
	IFCE - Aracati	24	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92

4	IFCE - Jaguaribe	25	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	4014	mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Jaguaruana	26	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Limoeiro do Norte	27	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Morada Nova	28	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Tabuleiro do Norte	29	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
TOTAL GRUPO 4 (R\$)									887.537,52
5	IFCE - Crato	30	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	4014	mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Juazeiro do Norte	31	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Iguatu	32	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Cedro	33	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Lavras da Mangabeira	34	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Campos Sales	35	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
	IFCE - Mauriti	36	Locação de veículo sem motorista tipo pickup		mensal	1	R\$ 12.326,91	R\$ 12.326,91	R\$ 147.922,92
TOTAL GRUPO 5 (R\$)									1.035.460,44
6	Unilab	37	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	4014	mensal	5	R\$ 12.326,91	R\$ 61.634,55	R\$ 739.614,60
	Unilab	38	Locação de veículo sem motorista tipo SUV		mensal	1	R\$ 18.453,29	R\$ 18.453,29	R\$ 221.439,48
TOTAL GRUPO 6 (R\$)									961.054,08
IFPB		39	Locação de veículo sem motorista tipo SUV	4014	mensal	12	R\$ 18.453,29	R\$ 221.439,48	R\$ 2.657.273,76
TOTAL GERAL (R\$)									9.120.577,44

1.1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Instituto Federal do Ceará					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.			UNIDADE	REQUISIÇÃO
				DE	REQUISIÇÃO
				MÍNIMA	Máxima
					Quantidade
					total

		MEDIDA			
01	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	2	2
02	Locação de veículo sem motorista tipo SUV	mensal	1	1	1
03	Locação de veículo sem motorista tipo Minivan	mensal	1	1	1
04	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
05	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
06	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
07	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
08	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
09	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
10	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
11	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
12	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
13	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
14	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
15	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
16	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
17	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
18	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
19	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
20	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
21	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
22	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
23	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
24	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
25	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
26	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
27	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
28	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
29	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
30	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
31	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
32	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
33	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
34	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
35	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1
36	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	1	1

Órgão Participante: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE  DE  MEDIDA	REQUISIÇÃO  MÍNIMA	REQUISIÇÃO  Máxima	Quantidade  total
37	Locação de veículo sem motorista tipo Pickup	mensal	1	5	5
38	Locação de veículo sem motorista tipo SUV	mensal	1	1	1

--

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE  DE  MEDIDA	REQUISIÇÃO  MÍNIMA	REQUISIÇÃO  Máxima	Quantidade  total
39	Locação de veículo sem motorista tipo SUV	mensal	1	12	12

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

~~—OU~~

~~1.3. O objeto da contratação tem a natureza de [obra] OU [serviços especiais] OU [serviços especiais de engenharia], conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

~~1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.~~

~~—OU~~

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a imprescindibilidade do recurso de transporte no funcionamento da instituição, seja voltado às atividades finalísticas como também na execução das atividades de apoio/meio, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

~~1.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~—OU~~

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~OU~~

~~1.8. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10744098000145-0-000025/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;

III) Id do item no PCA: 288;

IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS;

V) Identificador da Futura Contratação: 158133/000089/2025;

~~OU~~

~~2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.~~

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. aferição do consumo médio máximo de até 9 km/L na cidade conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);

4.1.2. Declaração expressa de observância à legislação quanto ao descarte de pneus, óleo e baterias dos veículos locados;

4.1.3. Exigência de laudos de manutenção; veículos híbridos no caso da Minivan; classificação a partir da Nota C na categoria picape, conforme classificação quanto à Redução da Emissão de Poluentes (NMHC-CO-NOx) relativa aos limites do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE;

4.1.4. possuir catalisador de gases nocivos ao meio ambiente, conforme as normas vigentes no País;

#### ~~Indicação de marcas ou modelos~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...) [A3].~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

#### ~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx-xxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas: [A4].~~

~~4.3.1. [...];~~

~~4.3.2. [...]; e~~

~~4.3.3. [...]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

#### ~~Da exigência de carta de solidariedade[A5] e~~

~~4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**OU**

~~4.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:[A7]~~

~~4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.7.1. [...];~~

~~4.7.2. [...]; e~~

~~4.7.3. [...]~~

~~4.8. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

~~4.8.1. [...];~~

~~4.8.2. [...]; e~~

~~4.8.3. [...]~~

~~4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

~~4.13. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).~~

#### **Garantia da contratação**

~~4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

~~ou~~

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação

~~4.15.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.[A11]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

4.16. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.16.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.16.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.16.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.16.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.16.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.17. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.20. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.20.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.21.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



4.21.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.21.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.22. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.(a14)

4.22.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

~~4.28.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;~~

~~4.28.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;~~

~~4.28.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## Vistoria

4.32. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**~~OU~~**

~~4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das XX horas às XX horas.~~

~~4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]~~

~~4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria[A17].~~

~~4.35.1. ... [incluir outras instruções sobre vistoria];~~

~~4.35.2. ... [incluir outras instruções sobre vistoria].~~

~~4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.~~

~~4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.~~

## Instalação de escritório

~~4.38. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados[A18] que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de [indicar o Município /UF], pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## Margem de Preferência

~~4.39. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência ..... [normal] **OU** [adicional] de ..... %, prevista no Decreto n.º ....., conforme disposto na Resolução n.º ..... da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CIGS[A19].~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme as rotas estabelecidas em cada unidade.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: nas cidades onde estão localizados os campi e Reitoria do IFCE. da Unilab e do IFPB.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: conforme o expediente de cada unidade.

### Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Disponibilização de veículos do tipo pick-up e SUV, tração 4x4, cabine dupla, com potência mínima 200 cv para pick-up e acima de 200 cv para SUV, torque mínimo de 450 NM para pick-up e acima de 500 NM para SUV, movida a diesel S10, câmbio mecânico ou automático, equipados com vidros e travas elétricas, ar condicionado, freios ABS, direção hidráulica ou elétrica, SRS airbag, cinto de três pontos para todos os ocupantes;

5.4.1.1. O veículo do tipo minivan deve possuir potência mínima de 120 cv, torque mínimo de 200 NM, preferencialmente híbrido HEV, câmbio mecânico ou automático, equipados com vidros e travas elétricas, ar condicionado, freios ABS, direção hidráulica ou elétrica, SRS airbag, cinto de três pontos para todos os ocupantes.

5.4.1.1.1. Capacidade Mínima dos Veículos: Pick-up: 05 passageiros, incluindo o motorista. SUV e Minivan: 07 passageiros, incluindo o motorista

5.4.1.1.2. A adoção tecnológica quanto aos veículos híbridos HEV, considera realidade do mercado brasileiro no que tange à limitada disponibilidade de postos de abastecimento de veículos totalmente elétricos, em destaque a limitação de oferta de abastecimento de recarga no interior do estado do Ceará.

5.4.1.1.3. Adota-se pick-up e SUV movida a diesel S10 em razão da pouca disponibilidade de tais veículos, com as especificações requeridas, no mercado para veículos elétricos e híbridos HEV, considerando a limitação de oferta de abastecimento de recarga no interior do estado do Ceará.

5.4.2. Os veículos disponibilizados para a realização do serviço deverão possuir idade máxima de 01 (um) ano de uso, com quilometragem máxima de 10.000km para cada veículo;

5.4.3. Os veículos deverão possuir a cobertura de rastreamento e telemetria para controle do deslocamento e modo de condução, garantindo a pontualidade, segurança, confiabilidade, monitoramento das rotas (via GPS) e manutenção preventiva e corretiva dos veículos sob responsabilidade da contratada.

5.4.4. Os veículos deverão possuir cor BRANCA com a indicação de A SERVIÇO DO IFCE nas portas dianteiras de cada veículo.

5.4.5. Seguem abaixo as especificações e requisitos complementares para cada veículo:

5.4.5.1. Pick-up: Cabine dupla, movida a diesel S10, motor turbo, capacidade de carga mínima de 1.000 kg, Sistemas como ABS, controle de estabilidade (ESC), controle de tração (TCS), airbags duplos e freios a

disco nas quatro rodas, ar-condicionado e direção hidráulica, vidros e travas elétricas, rádio, tração 4x4 com reduzida, com película de controle solar;

5.4.5.2. SUV: Capacidade para 07 passageiros, movida a diesel S10, motor turbo, Sistemas como ABS, controle de estabilidade (ESC), controle de tração (TCS), airbags duplos e freios a disco nas quatro rodas, ar-condicionado e direção hidráulica, vidros e travas elétricas, rádio, tração 4x4 com reduzida, com película de controle solar;

5.4.5.3. Minivan: Capacidade para 07 passageiros, preferencialmente híbrida HEV, Sistemas como ABS, controle de estabilidade (ESC), controle de tração (TCS), airbags duplos e freios a disco nas quatro rodas, ar-condicionado e direção elétrica, vidros e travas elétricas, rádio, com película de controle solar;

5.4.6. Todos os veículos utilizados deverão estar em conformidade com as normas de trânsito vigentes, incluindo sinalização, iluminação, segurança veicular, e regularidade documental.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A solução adotada consiste na contratação de serviço contínuo de locação de veículos, com disponibilização de frota adequada às necessidades institucionais do IFCE, incluindo veículos utilitários, pick-ups, SUV e minivan, com gestão integral a cargo da contratada.

5.5.2. O serviço de locação de veículos do tipo pick-up/utilitários, movidos a diesel, observará o art. 13 e art. 14 da Portaria Normativa nº. 356/GABR /REITORIA, bem como Minivan, preferencialmente, híbrida HEV, conforme o quadro abaixo, além dos requisitos do item 4 do Estudo Técnico Preliminar (Anexo II deste Termo de Referência)

5.5.3. Os veículos deverão ser substituídos quanto atingido 03 anos de uso ou quilometragem de 150.000 km, para pick-up/utilitários(SUV) e; de 80.000 km para Minivan, o que ocorrer primeiro;

5.5.4 O serviço de locação não contará com franquias de quilometragem mensal/anual, ou seja, será adotado o modelo de franquias livres.

5.5.5. Todos os custos com manutenção, monitoramento, laudos, seguros, documentação, impostos e taxas, bem como veículo reserva em caso de substituição, ficarão por conta da prestação do serviço de locação, apontados na formação de custos unitário para efeito de elaboração de proposta.

5.5.6. Os veículos deverão possuir a cobertura de rastreamento e telemetria para controle do deslocamento e modo de condução, garantindo a pontualidade, segurança, confiabilidade, monitoramento das rotas (via GPS) e manutenção preventiva e corretiva dos veículos sob responsabilidade da contratada.

5.5.6.1. O sistema deverá possibilitar o controle, habilitação do serviço de monitoramento e localização, com aplicações de segurança.

5.5.6.2. Deverá ser instalado 01 (um) módulo eletrônico em cada veículo utilizado na prestação do serviço.

5.5.6.3. O módulo obtém as informações do GPS e envia a uma Central de monitoramento através da rede de telefonia móvel. As informações poderão ser acessadas via internet via WEB ou aplicativo (APP), permitindo assim a visualização gráfica da trajetória do veículo em um sistema de mapas convencional ou em um sistema de imagens via satélite.

5.5.6.4. O serviço deverá controlar: I. Velocidade com monitoramento da velocidade da via comparada com a velocidade realizada pelo veículo; II. Cerca eletrônica (áreas onde o veículo não pode sair ou não pode entrar); III Pontos de Referência e ou Interesse; IV. Marcha Lenta (tempo em que o veículo ficou ligado com velocidade zero); V. Início e final do turno de trabalho; VI. Tempo parado no turno de trabalho; VII. Distância percorrida no turno de trabalho; VIII. Consumo em movimento; IX. Tempo em rolagem; X. Tempo Ocioso; XI. Consumo Ocioso; XII. Total em piloto automático; XIII. Função Âncora; XIV. Plano de manutenção em função do hodômetro; XV. Jornada do motorista como funcionalidade de emissão de relatório.

5.5.6.5. Especificar o controle de infrações cometidas: I - Aceleração brusca; II - Movimentação em neutro; III - Excesso de RPM em movimento; IV - Excesso de RPM parado; V - Excesso de velocidade; VI - Excesso de velocidade em chuva; VII - Frenagem brusca; VIII - Kickdown.

5.5.7. Os veículos deverão possuir cobertura de seguro para os passageiros em caso de sinistro (acidente, invalidez e morte).

5.5.8. Seguem os requisitos complementares:

5.5.8.1. Disponibilidade: Fornecimento de veículos do tipo Pick-up 4x4, Utilitário e Minivan, em perfeitas condições de uso, com garantia de assistência técnica e manutenção preventiva/corretiva inclusas

5.5.8.2. Serviços Adicionais: Inclusão de serviços de emplacamento, seguro total (compreensivo), documentação e impostos/taxas.

5.5.8.3. Substituição: Prazo máximo de 24 horas para substituição de veículo em caso de sinistro, roubo ou pane.

5.5.8.4. Eficiência Energética (ENCE/CONPET): Os veículos devem apresentar classificação a partir da Nota C na categoria picape, conforme a classificação quanto à Redução da Emissão de Poluentes (NMHC-CO-NOX) relativa aos limites do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE

5.5.8.5. Logística Sustentável: Descarte adequado de resíduos de manutenção como óleo lubrificante, pneu e bateria

5.5.8.6. Alternativas de Combustível: Adoção de veículos híbridos, quando possível, para o caso do veículo minivan, considerando a economia de combustível fóssil, a disponibilidade de produtos no mercado, o tempo de garantia do sistema de baterias e o custo de manutenção,

#### ~~Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas~~

#### ~~5.6. Providências necessárias para a efetivação de desapropriação autorizada pelo poder público: [A8]~~

~~5.6.1. [...];~~

~~5.6.2. [...]; e~~

~~5.6.3. [...];~~

#### ~~5.7. Responsabilidade por cada fase do procedimento expropriatório:~~

~~5.7.1. [...];~~

~~5.7.2. [...]; e~~

~~5.7.3. [...];~~

#### ~~5.8. Responsabilidade pelo pagamento das indenizações devidas:~~

~~5.8.1. [...];~~

~~5.8.2. [...]; e~~

~~5.8.3. [...];~~

#### ~~5.9. Estimativa do valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, incluindo custos correlatos:~~

~~5.9.1. [...];~~

~~5.9.2. [...]; e~~

~~5.9.3. [...];~~

## ~~5.10. Distribuição objetiva de riscos entre as partes:~~

~~5.10.1. Risco pela diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor: [Contratante][e]  
[Contratado][A9]~~

~~5.10.2. Risco pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens  
expropriados: [Contratante][e][Contratado][A10]~~

~~5.10.3. [...]~~

~~5.10.4. O registro de imissão provisória na posse e/ou o registro de propriedade dos bens a serem  
desapropriados deverá ser efetuado em nome de [.....]~~

~~5.11. Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização do Contratante, o projeto básico poderá ser  
alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo Contratado em termos de redução de  
custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação,  
assumindo o Contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.[A11]~~

~~5.12. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores  
contratuais, exceto nos seguintes casos:[A12]~~

~~5.12.1. para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;~~

~~5.12.2. por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos  
objetivos da contratação, a pedido do Contratante, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte  
do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~5.12.3. por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do §5º do art. 46  
da Lei nº 14.133, de 2021; e~~

~~5.12.4. por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade do  
Contratante.~~

~~5.13. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo Contratado, o conjunto de desenhos,  
especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação do Contratante, que  
avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas,  
vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral  
do Contratado pelos riscos associados ao projeto básico.[A13]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## **Especificação da garantia do serviço**

5.14. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**OU**

~~5.15. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro  
de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **XX (xxxxx)** meses, contado a partir do primeiro dia  
útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

## **Uniformes**

~~5.16. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade  
a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem  
qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:~~

~~5.16.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:~~



~~5.16.1.1~~

~~5.16.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:~~

~~5.16.2.1~~

~~5.16.2.2~~

~~5.16.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo os sempre que estiverem apertados;~~

~~5.16.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

~~5.17. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:~~

~~5.17.1. [...];~~

~~5.17.2. [...]; e~~

~~5.17.3. [...].~~

~~ou~~

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

~~6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:~~

~~6.16.1. [...];~~

~~6.16.2. [...]; e~~

~~6.16.3. [...].~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

~~6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.[A4]~~

~~6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.~~

~~6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.~~



~~6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.~~

~~6.23. O desconto do valor referente ao vale alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.~~

~~6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.~~

~~6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.~~

~~6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.~~

~~6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:~~

~~6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;~~

~~6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;~~

~~6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou~~

~~6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.~~

~~6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:~~

~~6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.~~

~~6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:~~

~~6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou~~

~~6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## **Fiscalização Administrativa**

**6.31.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.33.1. [...]~~

~~6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando[A5] -se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.~~

~~6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigirá-se, dentre outras, as seguintes comprovações:~~

~~6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):~~

~~6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:~~

~~6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;~~

~~6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;~~

~~6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e~~

~~6.35.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):~~

~~6.35.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);~~

~~6.35.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~6.35.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e~~

~~6.35.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);~~

~~6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:~~

~~6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;~~

~~6.35.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;~~

~~6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;~~

~~6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;~~

~~6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e~~

~~6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974[A6].~~

**OU**

~~6.35.1.3.7 documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei nº 14.967/2024[A7].~~

~~6.35.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:~~

~~6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;~~

~~6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;~~

~~6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;~~

~~6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.~~

~~6.36. . Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.~~

~~6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.~~

~~6.38. A cada período de 12 meses[A8] de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.~~

~~6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.~~

~~6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.~~

~~6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.~~

~~6.42. No caso de sociedades diversas[A9] , tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.~~

~~6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.~~

~~6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).~~

~~6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.~~

~~6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.6.47.A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.~~

~~4.47 A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.~~

~~6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.~~

~~6.49 Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.~~

~~6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.~~

~~6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.~~

~~6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.~~

~~6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.~~

~~6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.~~

~~6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.~~

~~6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.~~

~~6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:~~

~~6.57.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e~~

~~6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A10]~~

~~6.58 As compensações de jornada limitam-se:~~

~~6.58.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e~~

~~6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.~~

~~6.59 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.~~

~~6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.~~

~~6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.~~

~~6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.~~

~~6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.~~

~~6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.~~

~~6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:~~

~~6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;~~

~~6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.~~

~~6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.~~

~~6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.[A11]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## **Gestor do Contrato**

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

~~6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado \(IMR\)](#), conforme previsto no Anexo III

~~7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.[A3]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

[7.5.1. DISPONIBILIDADE DA FROTA;](#)

[7.5.2. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULO;](#)

[7.5.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E IDADE DA FROTA;](#)

[7.5.4. FUNCIONALIDADE DO SISTEMA DE RASTREAMENTO E TELEMETRIA;](#)



## Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

~~7.6.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.~~

~~7.6.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.~~

~~7.6.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.~~

~~7.6.2 Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório [descrever o fato que será considerado como conclusão do objeto ou etapa para fins de permitir o recebimento provisório].~~  
~~7.7.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal**.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

~~7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5(cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;



IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGPM** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### ~~Antecipação de pagamento[A11]~~

~~7.39. A presente contratação permite a antecipação de pagamento [parcial] OU [total], conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.40. O Contratado emitirá [recibo] OU [nota fiscal] OU [fatura] OU [documento idôneo] correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ X.XXX,XX (valor em extenso), tão logo [incluir condicionante ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.], para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.41. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.41.1 R\$ X.XXX,XX (valor em extenso) quando do início da segunda etapa;~~

~~7.41.2. (...)[A12].~~

~~7.42. Fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.42.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~7.42.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do [especificar o índice de correção monetária a ser adotado], ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.[A13]~~

~~7.43. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.44. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até XX (xxxxx) dias, contados do recebimento do [recibo] OU [nota fiscal] OU [fatura] OU [documento idôneo].~~

~~7.45. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.46. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~7.46.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente.[A14]~~

~~7.46.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de XX% (xxxxx por cento).[A15] [A16]~~

~~7.47. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

#### ~~Reoneração gradual da folha de pagamento~~

~~7.48. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.~~

~~7.48.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.~~

~~7.48.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

### ~~Repactuação[A17]~~

~~7.49. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.~~

~~7.50. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A18]:~~

~~7.50.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;~~

~~7.50.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.~~

~~7.51. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.~~

~~7.51.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.~~

~~7.52. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.~~

~~7.53. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.~~

~~7.54. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.~~

~~7.55. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.~~

~~7.56. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.~~

~~7.56.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.~~

~~7.56.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja [A19] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.~~

~~7.56.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.~~

~~7.56.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexister cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.~~

~~7.56.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.~~

~~7.56.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).~~

~~7.57. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula[A20]:~~

~~$R = V(I - I^0) / I^0$ , onde:~~

~~R = Valor do reajustamento procurado;~~

~~V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;~~

~~I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;~~

~~I = Índice relativo ao mês do reajustamento~~

~~7.58. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.~~

~~7.59. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.~~

~~7.60. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.~~

~~7.61. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.~~

~~7.62. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.~~

~~7.63. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.~~

~~7.64. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.~~

~~7.65. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.~~

~~7.66. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.~~

~~7.67. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.~~

~~7.68. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.~~

~~7.69. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.~~

~~7.70. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.~~

~~7.71. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.~~

~~7.72. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.73. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.~~

~~7.74. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A21] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.~~

~~7.75. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.~~

~~7.75.1. A revisão dos custos relativos ao vale transporte será formalizada por apostilamento[A22].~~

~~OU~~

## Reajuste

7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/02/2026.

~~OU~~

~~7.77. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês MM do ano de AAAA] OU [datadas de DD/MM/AAAA]. [A26]~~

7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IGPM**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- 7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

### Cessão de Crédito

- 7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### ~~Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador~~

### ~~Conta[A32]-Depósito Vinculada~~

~~7.87. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.~~

~~7.88 Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do Contratado e correspondem ao valor estimado de R\$ X.XXX,XX (valor em extenso), por mês, podendo ser contemplados na proposta do interessado e devendo ser debitados dos valores depositados.~~

**OU**

~~7.89. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.~~

~~7.90. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.~~



~~7.91. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.~~

~~7.92. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.~~

~~7.93. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:~~

~~7.93.1. 13º (décimo terceiro) salário;~~

~~7.93.2. Férias e um terço constitucional de férias;~~

~~7.93.3. Multa sobre o FGTS; e~~

~~7.93.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.~~

~~7.94. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.~~

~~7.95. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.~~

~~7.96. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.~~

~~7.97. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.~~

~~7.98. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.~~

~~7.99. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.~~

~~7.100. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.~~

~~7.101. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.~~

**OU**

## **Pagamento [A33] pelo fato gerador**

~~7.102. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o Contratante adotará os seguintes procedimentos:~~

~~7.103. Serão objeto de pagamento mensal ao Contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 5/2017:~~

~~1. Módulo 1: Composição da Remuneração;~~

~~2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;~~

~~3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;~~

~~4. Submódulo 4.2: Substituto na Intra jornada;~~

~~5. Módulo 5: Insumos; e~~

~~6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.~~

~~7.104. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela Administração ao Contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;~~

~~7.104.1.. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados neste item não gera direito adquirido para o Contratado das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no contrato.~~

~~7.105. As verbas discriminadas no item anterior somente serão liberadas nas seguintes condições:~~

~~7.105.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;~~

~~7.105.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;~~

~~7.105.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;~~

~~7.105.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e~~

~~7.105.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07%** (**sete centésimos** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25** (**vinte e cinco**) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação ~~f, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.~~

~~8.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

9.1.1. Para efeito de aceitação da proposta a licitante deverá apresentar, para cada veículo, laudo de conformidade das condições de manutenção, para comprovar o estado de conservação, com a indicação da conformidade dos sistemas mecânicos, elétricos, carroceria e segurança.

9.1.1.1. O laudo de conformidade deverá ser atualizado semestralmente quando da execução dos serviços.

Justificativa: subitens incluídos para esclarecimento de aceitação de proposta.

**OU**

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado]~~

### Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

### ~~Crítérios de aceitabilidade de preços~~

~~9.4. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.~~

~~9.4.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;[A4]~~

~~9.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (...)~~

~~9.5.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;~~

~~9.5.2. custos unitários relevantes: itens...[A5]~~

~~9.6. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) ..... (Acordo Coletivo de Trabalho OU Convenção Coletiva de Trabalho OU Dissídio Coletivo) nº XXXXX, utilizado (a) como paradigma[A6]:~~

~~a) salário-base e adicionais ..... no valor de R\$ .....~~

~~b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ .....; e~~

~~c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:~~

~~i) ....., no valor de R\$ .....,~~

~~ii) ....., no valor de R\$..... (especificar os benefícios e valores).~~

~~9.6.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;~~

~~9.6.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;~~

~~9.6.3. Os valores orçados pela Administração constam ..... [da planilha / do Anexo...].~~

9.7. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será

9.7.1. Valores unitários: conforme [tabela constante no item 1.1](#) deste Termo de Referência.

## **Exigências de habilitação**

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.28.1. A licitante deverá apresentar Certidão Negativa relativos a débitos com o DETRAN/CE.

Justificativa: subitem acrescentado para fins de habilitação.

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

**OU**

~~9.31.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e~~

~~9.31.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; [A17]~~

9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

~~9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XXX deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos[A20]:~~

~~9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e~~

~~9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## Qualificação Técnica



9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

~~9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente ....., em plena validade;~~

~~9.39.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

~~9.40. Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....: [A23]~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

### **Qualificação Técnico-Operacional e Profissional**

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

~~9.41.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

9.41.1.2. A comprovação de capacidade técnica operacional da licitante deverá ser apresentada por meio de no mínimo 1 (um) atestado de aptidão da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, quantidades e prazo, com comprovação de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo por grupo, que permita a avaliação da capacidade de atendimento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.41.1.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

~~9.42. Declaração de que[A30] o fornecedor possui ou instalará escritório no município de ....., o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.~~

Justificativa: não se aplica ao presente objeto

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Prova de Conceito (PoC)**

9.45. A critério do IFCE, poderá haver a Prova de Conceito (PoC), referente ao sistema de rastreamento e telemetria, a ser realizada de forma virtual.

9.46. Quanto ao momento da realização da Prova de Conceito (PoC), a Advocacia Geral da União (AGU), por meio de seus modelos de licitação, esclarece, em nota explicativa, disponível no endereço <https://www.gov.br/pgfn/ptbr/assuntos/consultoria-administrativa/minutas-padrao>, que: Este item deve ser utilizado apenas se constar do Termo de Referência a utilização da Prova de Conceito, conforme art. 12, §1º da IN SGD nº 1/2019. Quanto ao momento da sua realização, a Instrução não especifica se ela deve ocorrer antes ou após a habilitação, sendo em tese possíveis as duas opções. Recomenda-se, entretanto, realizar após a habilitação, haja vista que a Prova de Conceito em regra é procedimento dispendioso, sendo mais eficiente que seja feito apenas com as empresas devidamente habilitadas.

9.47. Considerando a orientação da AGU, a licitante classificada em primeiro lugar, que atenda a todos os requisitos de habilitação, poderá ser convocada para a PoC, haja vista as razões supra.

9.48. O sistema de rastreamento e telemetria deverá apresentar, além das funcionalidades exigidas acima, os seguintes parâmetros: I - permitir que os usuários efetuem consultas no sistema sobre a situação das suas solicitações; II - operação em rede TCP/IP; III - possuir interface gráfica de fácil utilização e ser customizada no atendimento das necessidades do contrato e da CONTRATANTE; IV - visualização rápida dos índices/níveis e indicadores de desempenho por meio de Dashboards.

9.49. A licitante classificada em primeiro lugar, que atenda a todos os requisitos de habilitação, poderá a critério do IFCE, ser convocada para a PoC, a ser realizada de forma virtual ou presencial, em Fortaleza/CE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando a aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica.

9.50. Todas as despesas decorrentes de participação na PoC são de responsabilidade das licitantes.

9.51. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades estabelecidos para a solução tecnológica.

9.52. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, e, tendo a licitante comprovada a situação regular de sua habilitação, será declarada vencedora do certame.

9.53. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

9.54. Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a licitante não será habilitada.

9.55. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para realização da PoC e, assim, sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

9.56. O IFCE poderá, a seu critério e excepcionalmente, dispensar a realização da PoC, caso a solução tecnológica apresentada pela licitante vencedora tenha sido aprovada pela Central de Compras ou aprovada em órgão integrante da Administração Pública, mesmo que em contratação anterior à presente licitação.



9.57. A contratada terá até 5 dias após a assinatura do contrato para apresentar à contratante plano de teste da solução tecnológica; até 30 dias da assinatura do contrato para apresentação da solução tecnológica para aprovação pela contratante; e 60 dias da assinatura do contrato para as adequações necessárias, inclusive com a implantação de funcionalidades para a inclusão de dados e fórmulas requeridos para aferição dos indicadores de desempenho.

Justificativa: seção criada para explicitar sobre a Prova de Conceito.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.58. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.59. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.60. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.61. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.62. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.63. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.63.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.63.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.63.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.63.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.63.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.63.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.63.6.1. ata de fundação;

9.63.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.63.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.63.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.63.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.63.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.63.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 9.120.577.44 (nove milhões, cento e vinte mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

~~{A3} OU~~

~~10.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. [A4]~~

~~10.2.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

10.3 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/unidade: [...];~~

~~II) Fonte de recursos: [...];~~

~~III) Programa de trabalho: [...];~~

~~IV) Elemento de despesa: [...]; e~~

~~v) - Plano interno: [...].~~

~~11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. [A1]~~

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Por inconsistência do sistema Compras.gov.br, os itens 13 e 14 deste Termo de Referência fazem menção à existência de dois anexos (Anexo I - Regras Aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato e Anexo II - Termo de Ciência e Concordância).

12.3. Neste contexto, os anexos ao presente Termo de Referência estão disponíveis somente ao final do documento, na seguinte ordem:

12.3.1. Anexo I - Termo de Ciência e Concordância;

12.3.2. Anexo II - Estudo Técnico Preliminar 56/2025

12.3.3. Anexo III - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

12.3.4. Anexo IV - Planilha modelo de composição de custos

Justificativa: subitens acrescentados para melhor esclarecimento dos anexos.

## 13. ANEXO I

### ~~ANEXO I[A1]~~

#### ~~Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato~~

~~(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])~~

### ~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

1.1. O adjudicatário terá o ~~prazo de ....., contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ..... [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~

1.2. ~~O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.~~

1.3.. ~~O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;~~

~~1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

### ~~2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO~~

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]~~

**OU**

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4], atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

~~2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

~~2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

~~2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~

~~2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;~~

~~2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

~~2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

**OU**

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ..... (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A6].~~

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]**

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

- ~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~
- ~~3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;~~
- ~~3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;~~
- ~~3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~
- ~~3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~
- ~~3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~
- ~~3.1.9.1. A Administração terá o prazo de ~~XXXXXX~~, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]~~
- ~~3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de ~~XXXXXX~~. [A9]~~
- ~~3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [A10]~~
- ~~3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~
- ~~3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.~~
- ~~3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.~~
- ~~3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:~~
- ~~3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;~~
- ~~3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;~~
- ~~3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;~~
- ~~3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e~~
- ~~3.1.15.5. . certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;~~
- ~~3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.~~
- ~~3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.~~
- ~~3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.~~

#### ~~4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]~~

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.~~

~~4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.~~

~~4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.~~

~~4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:~~

~~4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]~~

~~4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;~~



~~4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;~~

~~4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;~~

~~4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~

~~4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;~~

~~4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

~~4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~

~~4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;~~

~~4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]~~

~~4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;~~

~~4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~4.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A15].~~

~~4.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~4.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A16]~~

~~4.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

~~4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.~~

~~4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.~~

~~4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.~~

~~4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.~~

~~4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.~~

~~4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.~~

~~4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.~~

~~4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.~~

~~4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.~~

~~4.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]~~

~~4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.~~

~~4.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.~~

~~4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.~~

~~4.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:~~

~~4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;~~

~~4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;~~

~~4.1.44.3. florestas plantadas; e~~

~~4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.~~

~~4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:~~

~~4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;~~

~~4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;~~

~~4.1.45.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e~~

~~4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.~~

~~4.1.16. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:~~

~~4.1.17. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.~~

~~4.1.18. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:~~

~~4.1.18.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.~~

~~4.1.18.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.~~

~~4.1.18.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.18.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.49. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.~~

~~4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.~~

~~4.1.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:~~

~~4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.~~

~~4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10.151 - Avaliação de Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.~~

~~4.1.52.. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.~~

~~4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.~~

~~4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.~~

~~4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).~~

~~4.1.56..Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:~~

~~4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A18]~~

~~4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.~~

~~4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico~~

## **~~5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD [A19]~~**

~~5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

~~5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.~~

~~5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.~~

~~5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.~~

~~5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.~~

~~5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]~~

~~5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.~~

~~5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]~~

~~5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.~~

~~5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.~~

~~5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.~~

~~5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.~~

~~5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [A22]~~

## **~~6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]~~**

~~6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

**OU**

~~6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~6.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~6.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~6.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.[A24]~~

~~6.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A25]~~

**OU**

~~6.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A26] contraentes.~~

~~6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:~~

~~6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~6.10.3. Indenizações e multas;~~



~~6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

## **~~7. DOS CASOS OMISSOS~~**

~~7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]~~

## **~~8. ALTERAÇÕES~~**

~~8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).~~

~~8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]~~

~~8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

## **~~9. FORO~~**

~~9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

## **14. ANEXO II**

14.1. O modelo do termo de ciência e concordância está disponível ao final deste termo, conforme descrito no item 12.3.

## **15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS ALEXANDRE BASTOS GONCALVES**

Presidente da EPC



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 19:02:41.*

**MARCOS ANDRE DAMASCENO CAVALCANTE**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 06:08:24.*

**FERNANDO ANTONIO CARVALHO BARROS JUNIOR**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 10:26:30.*

**FRANCISCO EBISON SOUTO CANUTO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 08:05:33.*

**LUIZ HERNESTO ARAUJO DIAS**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 11:57:06.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TERMO CIENCIA E CONCORDANCIA.pdf (10.15 KB)
- Anexo II - ETP158133\_000056\_2025.pdf (164.83 KB)
- Anexo III - Instrumento de Medicao de Resultados.pdf (416.35 KB)
- Anexo IV - Planilha modelo de composicao de custos.pdf (1.88 MB)

## ANEXO

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../ 20...., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ

**Estudo Técnico Preliminar 56/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23255.004325/2025-31

**2. Descrição da necessidade**

2.1. Os veículos oficiais são ferramentas importantes para o funcionamento da instituição, seja na realização das atividades finalísticas como na execução das atividades meio e de apoio, em destaque apoio logístico para o cumprimento das atividades do IFCE.

2.2. As condições da frota devem garantir a segurança dos usuários e resguardar a coisa pública. Assim, deve-se ponderar a decisão da manutenção dos veículos frente à aquisição e até mesmo a locação, objetivando-se a continuidade do serviço público.

2.3. Os veículos oficiais, no âmbito do IFCE, de acordo com a Portaria Normativa nº. 356/2025/GABR/REITORIA, Doc. SEI nº. 8189727, são classificados como veículos de serviços comuns conforme a finalidade de uso, nas seguintes categorias: veículos destinados ao transporte de materiais; veículos utilizados para o transporte coletivo de pessoal; e veículos de uso com especificações diferenciadas.

2.4. De acordo com o Relatório de Estudo da Frota do IFCE (Doc. SEI nº. 8018468) o acervo de veículos é composto por 79 automóveis (27 veículos de pequeno porte e 52 caminhonetes) e 49 veículos do tipo coletivo (10 vans, 23 micro-ônibus e 16 ônibus).

2.5. Para o transporte de materiais e servidores em serviço faz-se o uso dos automóveis, principalmente de caminhonetes/*pick-ups* pela capacidade de carga e robustez em viagens entre as unidades localizadas no interior e a Reitoria.

2.6. Os veículos coletivos são utilizados para viagens de trabalho, participações de alunos e servidores em eventos, e, principalmente, na realização de visitas técnicas e atividades complementares de ensino.

2.7. A idade média da frota do IFCE é de 14 anos, no entanto a idade dos ônibus ultrapassa 20 anos, seguido pelos veículos de pequeno porte (*hatch/sedan*) com 14 anos e *pickups* com 13 anos.

2.8. Quanto à quilometragem as *pickups* são os veículos mais utilizados acumulando mais de 200.000 km cada veículo em média, seguido pelos ônibus e micro-ônibus, ambos com uma quilometragem média de mais de 190.000 km por veículo.

2.9. Em consonância com a quilometragem, os custos com os veículos do tipo *pickup*, em 2023, chegaram a R\$ 1,9 milhão, considerando combustível, manutenção, seguro e motorista. Em segundo lugar aparecem os micro-ônibus com um valor de R\$ 1 milhão no mesmo ano de 2023.

2.10. Importante destacar que os veículos de pequeno porte, mesmo com uma quilometragem menor que a dos outros veículos, em torno de 118.000 km, apresenta o custo com tais veículos ultrapassou a monta de R\$ 690 mil.

2.11. O mesmo relatório supra recomenda à gestão que os veículos do tipo coletivo sejam redistribuídos entre as unidades, não se vislumbrando necessidade de aquisição.

2.12. Há indicação no referido estudo a possibilidade de locação de ônibus para a realização de viagens de longos percursos considerando a idade média dos veículos da frota do IFCE, custos com manutenção e com motoristas.

2.13. Entende-se que os veículos de pequeno porte (*hatch/sedan*) são dispendiosos haja vista o custo de operação frente ao deslocamento. Acredita-se que por serem veículos frágeis para realização de viagens a manutenção seja bastante elevada.

2.14. Verifica-se que há necessidade de substituição da frota, notadamente os veículos do tipo *pickup*/caminhonete/utilitário visto a idade, quilometragem e versatilidade frente às necessidades do IFCE. No entanto a indisponibilidade de recursos de capital impedem a aquisição de novos veículos.

2.15. Deslocamento para áreas que exigem veículos com maior capacidade de carga e tração (4x4), típicas de diversas regiões do Ceará, conforme indicado no relatório de análise da frota.

2.16. As viagens entre as unidades do IFCE demandam o transporte de passageiros que muitas vezes pode exceder a lotação padrão de 05 (cinco) ocupantes, muitas vezes exigindo veículos com capacidade para até 07 (sete) ocupantes, podendo tais viagens serem atendidas por SUV ou minivan dependendo do percurso e frequência dos deslocamentos. Assim, o veículo SUV é demandado para percursos longos e frequentes, voltados às demandas

da Reitoria em razão da sua atuação sistêmica. O veículo minivan é demandado para pequenos e médios deslocamentos frente à indisponibilidade em alguns momentos do veículo SUV, em razão de utilização em viagem.

2.17. A busca pela otimização de recursos e a avaliação da viabilidade de utilização da frota, conforme análise detalhada do relatório situacional, que aponta a terceirização (locação) como uma alternativa de gestão a ser explorada.

2.18. Verificando-se o mercado privado, de empresas que utilizam a terceirização da frota para atender suas atividades finalísticas, a exemplo de empresas de comércio e serviços em geral, observa-se que a locação de veículos é solução adotada de forma ampla. Além dos custos de manutenção, seguros e depreciação transferidos ao prestador do serviço, há um custo que merece destaque pela importância e repercussão na operação do negócio quanto realizado diretamente: O custo com pessoal na gestão da frota própria.

2.19. Além do(s) servidor(es) lotados no setor de transporte, quando da gestão da frota própria, cabe destacar o impacto referente ao deslocamento de pessoal para gestão e fiscalização dos contratos de manutenção e seguro. Somente para esses dois contratos são necessários 12 (doze) servidores, titulares e substitutos, restando um impacto considerável quando se apresenta de forma quantitativa o impacto do número de horas trabalhadas *versus* os salários dos servidores.

2.20. Tendo em vista o exposto nesta seção do Estudo Técnico Preliminar, apresenta-se a demanda de veículos do *pickup*/caminhonete/utilitário/SUV, bem como minivan, para atender as unidades sem veículo como também atender as unidades com veículos com idade avançada, alta quilometragem e custos de manutenção elevados.

2.21. A demanda da contratação em tela possui desdobramentos quanto aos veículos existentes, sendo aqueles com capacidade de operação e aqueles que já se mostram sem condições de uso de a Portaria Normativa nº. 356/GABR/REITORIA. Assim, o presente estudo técnico preliminar deve abordar as possibilidades de desfazimento dos veículos de acordo com a legislação que trata da matéria.

2.22. Diante do cenário apresentado, constata-se a existência de um problema institucional relacionado à limitação progressiva da capacidade operacional da frota própria do IFCE, decorrente do envelhecimento dos veículos, da elevada quilometragem acumulada e do crescimento dos custos de manutenção e operação. Tal situação compromete a continuidade e a regularidade do apoio logístico necessário ao desenvolvimento das atividades finalísticas e administrativas da Instituição, incluindo ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão multicampi.

2.23. A necessidade ora apresentada visa assegurar condições adequadas de mobilidade institucional, preservando a segurança dos usuários, a eficiência administrativa e o adequado emprego dos recursos públicos, em atendimento ao interesse público e aos objetivos estratégicos do IFCE.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração	Marcos André Damasceno Cavalcante

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para a contratação do serviço de locação de veículos utilitários, pick-ups, SUV e minivan, aponta-se os seguintes requisitos:

4.1.1. Disponibilização de veículos do tipo pick-up e SUV, tração 4x4, cabine dupla, com potência mínima 200 cv para pick-up e acima de 200 cv para SUV, torque mínimo de 450 NM para pick-up e acima de 500 NM para SUV, movida a diesel S10, câmbio mecânico ou automático, equipados com vidros e travas elétricas, ar condicionado, freios ABS, direção hidráulica ou elétrica, SRS airbag, cinto de três pontos para todos os ocupantes.

4.1.1.1. O veículo do tipo minivan deve possuir potência mínima de 120 cv, torque mínimo de 200 NM, **preferencialmente híbrido HEV**, câmbio mecânico ou automático, equipados com vidros e travas elétricas, ar condicionado, freios ABS, direção hidráulica ou elétrica, SRS airbag, cinto de três pontos para todos os ocupantes.

4.1.1.1.1. Capacidade Mínima dos Veículos: Pick-up: 05 passageiros, incluindo o motorista. SUV e Minivan: 07 passageiros, incluindo o motorista.

4.1.1.1.2. A adoção tecnológica quanto aos veículos híbridos HEV, considera realidade do mercado brasileiro no que tange à limitada disponibilidade de postos de abastecimento de veículos totalmente elétricos, em destaque a limitação de oferta de abastecimento de recarga no interior do estado do Ceará.

4.1.1.1.3. Adota-se pick-up e SUV movida a diesel S10 em razão da pouca disponibilidade de tais veículos, com as especificações requeridas, no mercado para veículos elétricos e híbridos HEV, considerando a limitação de oferta de abastecimento de recarga no interior do estado do Ceará.



4.1.2. Os veículos disponibilizados para a realização do serviço deverão possuir idade máxima de 01 (um) ano de uso, com quilometragem máxima de 10.000km para cada veículo.

4.1.3. Os veículos deverão possuir a cobertura de rastreamento e telemetria para controle do deslocamento e modo de condução, garantindo a pontualidade, segurança, confiabilidade, monitoramento das rotas (via GPS) e manutenção preventiva e corretiva dos veículos sob responsabilidade da contratada, além de controlar e mitigar impactos ambientais, em resguardo à observância aos critérios de sustentabilidade (emissão de poluentes, ruído, gases de efeito estufa), alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Plano de Logística Sustentável - PLS (2024/2028), bem como exigindo-se, para a presente contratação, os requisitos compatíveis com as funcionalidades de rastreamento e telemetria já utilizadas na frota própria do IFCE, serviço contratado por meio do Pregão Eletrônico nº. 01/2024, UASG 158133, Processo nº. 23255.002033/2021-31.

4.1.3.1. O sistema deverá possibilitar o controle, habilitação do serviço de monitoramento e localização, com aplicações de segurança.

4.1.3.2. Deverá ser instalado 01 (um) módulo eletrônico em cada veículo utilizado na prestação do serviço.

4.1.3.3. O módulo obtém as informações do GPS e envia a uma Central de monitoramento através da rede de telefonia móvel. As informações poderão ser acessadas via internet via WEB ou aplicativo (APP), permitindo assim a visualização gráfica da trajetória do veículo em um sistema de mapas convencional ou em um sistema de imagens via satélite.

4.1.3.4. O serviço deverá controlar:

- I. Velocidade com monitoramento da velocidade da via comparada com a velocidade realizada pelo veículo;
- II. Cerca eletrônica (áreas onde o veículo não pode sair ou não pode entrar);
- III. Pontos de Referência e ou Interesse;
- IV. Marcha Lenta (tempo em que o veículo ficou ligado com velocidade zero);
- V. Início e final do turno de trabalho; VI. Tempo parado no turno de trabalho;
- VII. Distância percorrida no turno de trabalho;
- VIII. Consumo em movimento;
- IX. Tempo em rolagem;
- X. Tempo Ocioso;
- XI. Consumo Ocioso;
- XII. Total em piloto automático;
- XIII. Função Âncora;
- XIV. Plano de manutenção em função do hodômetro;
- XV. Jornada do motorista como funcionalidade de emissão de relatório.

4.1.3.5. Especificar o controle de infrações cometidas:

- I - Aceleração brusca;
- II - Movimentação em neutro;
- III - Excesso de RPM em movimento;
- IV - Excesso de RPM parado;
- V - Excesso de velocidade;
- VI - Excesso de velocidade em chuva;
- VII - Frenagem brusca;
- VIII - Kickdown.

4.1.3.6. A critério do IFCE, poderá haver a Prova de Conceito (PoC), referente ao sistema de rastreamento e telemetria, a ser realizada de forma virtual.

4.1.3.7. Quanto ao momento da realização da Prova de Conceito (PoC), a Advocacia Geral da União (AGU), por meio de seus modelos de licitação, esclarece, em nota explicativa, disponível no endereço <https://www.gov.br/pgfn/ptbr/assuntos/consultoria-administrativa/minutas-padrão>, que: Este item deve ser utilizado apenas se constar do Termo de Referência a utilização da Prova de Conceito, conforme art. 12, §1º da IN SGD nº 1/2019. Quanto ao momento da sua realização, a Instrução não especifica se ela deve ocorrer antes ou após a habilitação, sendo em tese possíveis as duas opções. Recomenda-se, entretanto, realizar após a habilitação, haja vista que a Prova de Conceito em regra é procedimento dispendioso, sendo mais eficiente que seja feito apenas com as empresas devidamente habilitadas.

4.1.3.8. Considerando a orientação da AGU, a licitante classificada em primeiro lugar, que atenda a todos os requisitos de habilitação, poderá ser convocada para a PoC, haja vista as razões supra.

4.1.3.9. O sistema de rastreamento e telemetria deverá apresentar, além das funcionalidades exigidas acima, os seguintes parâmetros: I - permitir que os usuários efetuem consultas no sistema sobre a situação das suas solicitações; II - operação em rede TCP/IP; III - possuir interface gráfica de fácil utilização e ser customizada no atendimento das necessidades do contrato e da CONTRATANTE; IV - visualização rápida dos índices/níveis e indicadores de desempenho por meio de Dashboards.

4.1.3.10. A licitante classificada em primeiro lugar, que atenda a todos os requisitos de habilitação, poderá a critério do IFCE, ser convocada para a PoC, a ser realizada de forma virtual ou presencial, em Fortaleza/CE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando a aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica.

4.1.3.11. Todas as despesas decorrentes de participação na PoC são de responsabilidade das licitantes.

4.1.3.12. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades estabelecidos para a solução tecnológica.

4.1.3.13. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, e, tendo a licitante comprovada a situação regular de sua habilitação, será declarada vencedora do certame.

4.1.3.14. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

4.1.3.15. Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a licitante não será habilitada.

4.1.3.16. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para realização da PoC e, assim, sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

4.1.3.17. O IFCE poderá, a seu critério e excepcionalmente, dispensar a realização da PoC, caso a solução tecnológica apresentada pela licitante vencedora tenha sido aprovada pela Central de Compras ou aprovada em órgão integrante da Administração Pública, mesmo que em contratação anterior à presente licitação.

4.1.3.18. A contratada terá até 5 dias após a assinatura do contrato para apresentar à contratante plano de teste da solução tecnológica; até 30 dias da assinatura do contrato para apresentação da solução tecnológica para aprovação pela contratante; e 60 dias da assinatura do contrato para as adequações necessárias, inclusive com a implantação de funcionalidades para a inclusão de dados e fórmulas requeridos para aferição dos indicadores de desempenho.

4.1.4. Os veículos deverão possuir cobertura de seguro para os passageiros em caso de sinistro (acidente, invalidez e morte).

4.1.5. Os veículos deverão possuir indicação em placa/adesivo nas laterais com a indicação " A SERVIÇO DO IFCE'.

4.1.6. A licitante deverá apresentar Certidão Negativa relativos a débitos com o DETRAN/CE.

4.2. Para efeito de aceitação da proposta a licitante deverá apresentar, para cada veículo, laudo de conformidade das condições de manutenção, para comprovar o estado de conservação, com a indicação da conformidade dos sistemas mecânicos, elétricos, carroceria e segurança.

4.2.1. O laudo de conformidade deverá ser atualizado semestralmente quando da execução dos serviços.

4.3. A empresa contratada será responsável por observar toda a legislação vigente relacionada, incluindo, mas não se limitando aos Regulamentos do PROCONVE para controle de emissões veiculares.

4.4. Todos os veículos utilizados deverão estar em conformidade com as normas de trânsito vigentes, incluindo sinalização, iluminação, segurança veicular, e regularidade documental.

4.5. A comprovação de capacidade técnica operacional da licitante deverá ser apresentada por meio de no mínimo 1 (um) atestado de aptidão da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, quantidades e prazo, com comprovação de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo por grupo, que permita a avaliação da capacidade de atendimento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.6. A licitante deverá comprovar experiência na execução dos serviços de no mínimo 03 (três) anos.

4.7. O quadro abaixo apresentam os requisitos complementares.

Requisito	Detalhamento
Disponibilidade	Fornecimento de veículos do tipo Pick-up 4x4, Utilitário e Minivan, em perfeitas condições de uso, com garantia de assistência técnica e manutenção preventiva/corretiva inclusas.
Serviços Adicionais	Inclusão de serviços de emplacamento, seguro total (compreensivo), documentação e impostos/taxas.
Substituição	Prazo máximo de 24 horas para substituição de veículo em caso de sinistro, roubo ou pane.
Eficiência Energética (ENCE/CONPET)	Os veículos devem apresentar classificação a partir da Nota C na categoria picape, conforme a classificação quanto à Redução da Emissão de Poluentes (NMHC-CO-NOX) relativa aos limites do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE
Logística Sustentável	Descarte adequado de resíduos de manutenção como óleo lubrificante, pneu e bateria.
Alternativas de Combustível	Adoção de veículos híbridos, quando possível, para o caso do veículo minivan, considerando a economia de combustível fóssil, a disponibilidade de produtos no mercado, o tempo de garantia do sistema de baterias e o custo de manutenção, fatores que podem elevar o preço da locação.

4.8. Ainda quanto aos requisitos específicos de sustentabilidade, para efeito de aceitação da proposta, deverá ser observado:

4.8.1. aferição do consumo médio máximo de até 9 km/L na cidade por meio de etiqueta do INMETRO.

4.8.2. Declaração expressa de observância à legislação quanto ao descarte de pneus, óleo e baterias dos veículos locados.

4.9. Os requisitos ora estabelecidos representam **padrões mínimos de qualidade, desempenho e sustentabilidade** indispensáveis ao atendimento da necessidade institucional, devendo ser interpretados de modo a **preservar a competitividade** e admitir soluções equivalentes que atendam ao mesmo nível de resultado.

4.10. Ressalta-se que estes requisitos **não se confundem com critérios de seleção/habilitação do fornecedor**, os quais serão tratados nos artefatos próprios (Termo de Referência e edital), e poderão ser **revistos durante o levantamento de mercado** caso se verifique restrição indevida às soluções disponíveis.

4.11. Além disso, deverão ser contemplados requisitos operacionais mínimos quanto a: (i) **abrangência de atendimento** às unidades do IFCE, com definição do local de entrega e retirada dos veículos; (ii) **níveis de serviço (SLA)** para disponibilização e substituição de veículo por pane, sinistro ou manutenção; (iii) **manutenção preventiva e corretiva**, assistência 24h e regularidade documental sob responsabilidade da contratada; e (iv) **critérios e práticas de sustentabilidade** nas dimensões ambiental, econômica e social, incluindo observância a normas de emissões e destinação adequada de resíduos de manutenção, conforme instrumentos institucionais aplicáveis.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A frota do IFCE para os veículos utilitários é composta de 52 viaturas com idade média de 13 anos de utilização, com uma quilometragem de 212.000 km, com um custo de manutenção na ordem de R\$ 300 mil no ano de 2023.

5.2. A aquisição de novos veículos seria a solução mais trivial, inclusive adotando os regramentos da Portaria Normativa nº. 356/2025/GABR/REITORIA quanto à vida útil (10 anos ou 300.000 km) para veículos utilitário/pick-up diesel, bem como as condições de alienação, inclusive quanto à aquisição com a entrega de veículos oficiais usados como pagamento integral ou parcial.

5.3. O Relatório de Estudo da Frota, Doc. SEI nº. 8018468, conclui com a recomendação de aquisição de veículos utilitário/pick-up diesel em razão da robustez e versatilidade desse tipo de veículo, bem como a segurança e eficiência operacional, inclusive sugerindo a substituição dos veículos do tipo pequeno porte por utilitário/pick-up.

5.4. No entanto, de acordo com o art. 11 da Portaria Normativa nº. 356/2025/GABR/REITORIA, a renovação/atualização da frota de veículos oficiais do IFCE somente poderá ser efetivada se houver disponibilidade orçamentária para a despesa.

5.5. Registra-se que mesmo a demanda de aquisições estar prevista no planejamento das aquisições, como o Plano Anual de Contratações – PAC, Processo nº. 23257.000496/2024-91, a indisponibilidade orçamentária impede a renovação da frota com a aquisição de novos veículos mesmo com a entrega de veículos oficiais usados como pagamento integral ou parcial.

5.6. A Portaria Normativa nº. 356/2025/GABR/REITORIA, em seu art. 13, inciso II, alínea 'b', prevê a locação no caso de indisponibilidade orçamentária para aquisição de veículo do tipo utilitários/pick-up diesel, a contratação do serviço de locação para uso contínuo poderá ser realizada, condicionada à disponibilidade de dotação para as despesas de custeio decorrentes da referida contratação.

5.7. Considerando a Portaria Normativa nº. 356/2025/GABR/REITORIA e o Relatório de Estudo da Frota vislumbra-se a solução de contratação de serviço de locação (terceirização) de veículos do tipo *Pick up 4x4* e Utilitário.

5.8. Inclui-se no escopo deste Estudo Técnico Preliminar a solução da utilização de veículo do tipo minivan nas viagens de trajeto médio, bem como na indisponibilidade do veículo SUV 4x4, considerando o custo de disponibilização do SUV frente a Minivan para a realização dos deslocamentos que não demandem veículos robustos.

5.9. Além de alternativa frente à indisponibilidade orçamentária para aquisição de novos veículos, a locação transfere a responsabilidade e os custos com manutenção, seguro, depreciação, documentação e gestão de frota para a Contratada, otimizando os recursos da administração.

5.10. Segue, no quadro abaixo, as principais alternativas para atendimento da necessidade institucional:

Alternativa de Mercado	Descrição Sintética	Aspectos Positivo	Aspectos Limitantes / Negativos	Análise Preliminar de Vantajosidade
<b>Aquisição de veículos próprios</b>  (Solução não escolhida)	Compra de veículos utilitários, pick-ups, SUV e minivan, com gestão integral da frota pela Administração.	Atende plenamente às especificações técnicas; autonomia total de gestão; alinhada às recomendações técnicas do Relatório da Frota.	Necessidade de dotação orçamentária para despesa de capital; custos elevados de manutenção, seguro, depreciação e gestão; limitação orçamentária atual inviabiliza a alternativa.	Tecnicamente adequada, porém <b>economicamente inviável no cenário atual</b> , diante da indisponibilidade orçamentária para investimentos.
<b>Locação de veículos (uso contínuo)</b>  (Solução escolhida)	Contratação de empresa especializada para disponibilização de veículos, com manutenção, seguro, documentação e gestão sob responsabilidade da contratada.	Transferência de riscos e custos operacionais; acesso contínuo a veículos novos e eficientes; previsibilidade orçamentária; alternativa prevista em normativo interno; amplamente adotada por outros órgãos públicos.	Dependência contratual; necessidade de fiscalização contínua; custo recorrente de custeio.	<b>Alternativa existente e consolidada no mercado</b> , com potencial de maior eficiência econômica e operacional, cuja vantajosidade será aprofundada nos itens subsequentes do ETP.
<b>Manutenção da frota atual (sem reposição)</b>  (Solução não escolhida)	Continuidade do uso da frota existente, com manutenção corretiva e preventiva.	Evita desembolso imediato para aquisição ou contratação; não demanda novo processo licitatório no curto prazo.	Frota envelhecida; aumento progressivo dos custos de manutenção; risco à continuidade do serviço; menor eficiência operacional e maior indisponibilidade.	Alternativa <b>residual e não recomendada</b> , por ampliar riscos operacionais e custos indiretos ao longo do ciclo de vida.
<b>Locação parcial ou sob demanda (modelo híbrido)</b>  (Solução não escolhida)	Locação de veículos apenas para períodos específicos ou para complementar a frota própria existente.	Reduz custo fixo mensal; flexibilidade operacional; pode atender demandas sazonais.	Não resolve integralmente o problema estrutural da frota; dificuldade de padronização; possível menor economicidade no longo prazo.	Alternativa complementar, <b>menos aderente</b> à necessidade permanente e contínua identificada.
<b>Compartilhamento interinstitucional de frota</b>  (Solução não escolhida)	Uso compartilhado de veículos entre unidades ou com outros órgãos públicos, mediante acordos.	Otimização pontual de recursos; redução de custos em situações específicas.	Baixa previsibilidade; limitações logísticas; dependência de disponibilidade de terceiros; não atende demanda contínua.	Alternativa <b>pontual e acessória</b> , insuficiente para atender a necessidade institucional de forma regular.

5.11. A solução de terceirização é explicitamente mencionada no Relatório da Frota como uma alternativa de gestão a ser explorada. Permite o constante acesso a veículos novos e eficientes (em consonância com as Notas de Eficiência Energética exigidas pela Portaria nº 356/2025/GABR/REITORIA), evitando a manutenção de veículos antigos e o alto custo associado (problema identificado no Relatório da Frota).

5.12. A solução de locação de veículos, conforme descrita no quadro acima, surge como alternativa existente no mercado público e privado, amplamente adotada por outros órgãos da Administração Pública, conforme verificado em bases de dados de contratações similares, por exemplo, o constante no Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>), devendo sua vantajosidade ser aprofundada nos itens subsequentes deste Estudo Técnico Preliminar.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução adotada consiste na contratação de serviço contínuo de locação de veículos, com disponibilização de frota adequada às necessidades institucionais do IFCE, incluindo veículos utilitários, pick-ups, SUV e minivan, com gestão integral a cargo da contratada.

6.2. O serviço de locação de veículos do tipo *pick-úp*/utilitários, movidos a diesel, observará o art. 13 e art. 14 da Portaria Normativa nº. 356/GABR /REITORIA, bem como Minivan, preferencialmente, híbrida HEV, conforme o quadro abaixo, além dos requisitos do item 4 deste Estudo Técnico Preliminar.

VEÍCULO	ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS COMPLEMENTARES
Pick-up	Cabine dupla, movida a diesel S10, motor turbo, capacidade de carga mínima de 1.000kg, Sistemas como ABS, controle de estabilidade (ESC), controle de tração (TCS), airbags duplos e freios a disco nas quatro rodas, ar-condicionado e direção hidráulica, vidros e travas elétricas, rádio, tração 4x4 com reduzida, com película de controle solar.
SUV	Capacidade para 07 passageiros, movida a diesel S10, motor turbo, Sistemas como ABS, controle de estabilidade (ESC), controle de tração (TCS), airbags duplos e freios a disco nas quatro rodas, ar-condicionado e direção hidráulica, vidros e travas elétricas, rádio, tração 4x4 com reduzida, com película de controle solar.
Minivan	Capacidade para 07 passageiros, preferencialmente híbrida HEV, Sistemas como ABS, controle de estabilidade (ESC), controle de tração (TCS), airbags duplos e freios a disco nas quatro rodas, ar-condicionado e direção elétrica, vidros e travas elétricas, rádio, com película de controle solar.

6.3. Os veículos deverão ser substituídos quanto atingido 03 anos de uso ou quilometragem de 150.000 km, para *pick-up*/utilitários(SUV) e; de 80.000 km para Minivan, o que ocorrer primeiro.

6.4. O serviço de locação não contará com franquia de quilometragem mensal/anual, ou seja, **será adorada o modelo de franquia livre**.

6.5. **Todos os custos com manutenção, monitoramento, laudos, seguros, documentação, impostos e taxas, bem como veículo reserva em caso de substituição, ficarão por conta da prestação do serviço de locação, apontados na formação de custos unitário para efeito de elaboração de proposta.**

6.6. O serviço de locação terá prazo de execução inicial de 01 ano, podendo ser prorrogado até 10 anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua do serviço, haja vista a imprescindibilidade do recurso de transporte no funcionamento da instituição, seja voltado às atividades finalísticas como também na execução das atividades de apoio/meio, diante da indisponibilidade histórica para aquisição de veículos bem como em razão da economicidade da locação frente à manutenção frota própria quando considerados todos os fatores que compõem o custo da gestão dos veículos.

6.7. Os veículos deverão possuir cor BRANCA com a indicação de A SERVIÇO DO IFCE nas portas dianteiras de cada veículo.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas observou-se o planejamento da contratação para aquisição de veículo, Processo nº. 23257.000496 /2024-91, a Planilha (Doc. SEI nº. 7506208), o Despacho (Doc. SEI nº. 8022983), associando a demanda de locação em função da identificação dos veículos oficiais elegíveis à substituição, considerando a análise de fatores (idade e quilometragem), bem como observando a Portaria Normativa nº. 356 /2025/GABR/REITORIA (8022986), art. 5º, DA VIDA ÚTIL DOS VEÍCULOS OFICIAIS.

7.2. Adotou-se, como premissa geral, a estimativa de 01 (um) veículo do tipo pick-up por unidade, como forma de assegurar capacidade mínima de deslocamento institucional, **com exceção dos campi do IFCE de Acopiara, Boa Viagem, Horizonte, Maranguape e Paracuru**, em razão de condições específicas de atendimento logístico, **devidamente fundamentadas no item anterior**.

7.3. **Adicionalmente, constitui exceção a Reitoria do IFCE**, para a qual se estima a necessidade de **02 (dois) veículos**, considerando sua atuação sistêmica, a ampliação da rede institucional com a criação de **06 (seis) novos campi**, bem como a elevada demanda por deslocamentos de longa distância, sendo **três desses campi localizados a mais de 400 km de Fortaleza/CE**, o que impacta diretamente a disponibilidade dos veículos em razão do tempo de viagem e permanência fora da sede administrativa.

7.4. A estimativa de 01 (um) veículo do tipo SUV e 01 (uma) Minivan, restrita à Reitoria, fundamenta-se na atuação sistêmica desse órgão, que concentra maior volume e diversidade de deslocamentos, inclusive com maior contingente de passageiros.

7.5. O quadro abaixo apresenta a demanda de veículos e as respectivas unidades do IFCE associadas.

VEÍCULO	QTDE	UNIDADES IFCE
		1) Reitoria ( <b>dois veículos</b> ); 2) Acaraú; 3) Aracati; 4) Baturité; 5) Camocim; 6) Canindé; 7) Caucaia; 8) Cedro; 9) Crateús; 10) Crato; 11) Fortaleza; 12) Guaramiranga; 13) Iguatu; 14) Itapipoca; 15) Jaguaribe; 16)

Pick-up	35	Jaguaruana; 17) Juazeiro do Norte; 18) Limoeiro do Norte; 19) Maracanaú; 20) Morada Nova; 21) Pecém; 22) Quixadá; 23) Sobral; 24) Tabuleiro do Norte; 25) Tauá; 26) Tianguá; 27) Ubajara; 28) Umirim; 29) São Gerardo; 30) Messejana; 31) Cascavel; 32) Lavras da Mangabeira; 33) Campos Sales; 34) Mauriti.
SUV	01	Reitoria
Minivan	01	Reitoria

7.6. Os quantitativos apresentados constituem estimativa inicial, passível de revisão e ajuste, caso ocorram alterações na estrutura organizacional, no número de unidades ou na demanda institucional, observados os limites legais e orçamentários.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 3.268.477,68

8.1. O valor total estimado foi obtido a partir da média aritmética dos valores mensais obtidos, multiplicados por 12 meses.

8.2. Os valores descritos abaixo foram obtidos através de pesquisa efetuada no Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>) em atendimento ao Inciso II do Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, c/c o Art. 9º, VI, da IN SEGES/ME nº 58/2022. Segue quadro demonstrativo:

Item	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde.	Valor total mensal	Valor total 12 meses
1	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	35	R\$ 253.285,20	R\$ 3.039.422,40
2	Locação de veículo sem motorista tipo SUV	mensal	R\$ 12.450,56	1	R\$ 12.450,56	R\$ 149.406,72
3	Locação de veículo sem motorista tipo minvan	mensal	R\$ 6.637,38	1	R\$ 6.637,38	R\$ 79.648,56
Valor Total					R\$ 272.373,14	R\$ 3.268.477,68

8.3. A presente estimativa de valor possui caráter preliminar e provisório, elaborada exclusivamente para fins de planejamento da contratação no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar. Os valores estimados poderão ser revistos e refinados quando da elaboração do Termo de Referência, ocasião em que será realizada nova pesquisa de preços, observando-se integralmente as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, ou outra que venha a substituí-la.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Embora se almeje o "ganho de escala" com uma contratação única, exige o parcelamento da solução (Art. 40, V, b, c/c art. 47, inciso II, ambos da Lei 14.133/21), para garantir a competitividade e a exequibilidade, considerando Critério Geográfico, com o parcelamento por lotes, agrupados por campus ou região, dada a capilaridade do IFCE e a natureza localizada do mercado de transporte.

9.2. O parcelamento em lotes se mostra viável em razão do aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, haja vista o critério regional em função da dispersão geográfica das unidades do IFCE, vislumbrando-se a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.3. Embora o serviço seja tecnicamente único, a divisão geográfica (ex: Lote Região Metropolitana de Fortaleza, Lote Região Norte, Lote Cariri) amplia a competitividade, permitindo a participação de empresas de porte menor que atuam regionalmente, além de reduzir custos de deslocamento improdutivo (veículo vazio) até o local de embarque.

9.4. Segue, abaixo, quadro com o parcelamento por grupos, agrupados por campus/região, dada a capilaridade do IFCE e a natureza localizada do mercado de transporte:

Grupo	Item	Campus	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde.	Valor total mensal	Valor total 12 meses
	1	Reitoria	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	2	R\$ 14.473,44	R\$ 173.681,28
	2	Reitoria	Locação de veículo sem motorista tipo SUV	mensal	R\$ 12.450,56	1	R\$ 12.450,56	R\$ 149.406,72



1	3	Reitoria	Locação de veículo sem motorista tipo minivan	mensal	R\$ 6.637,38	1	R\$ 6.637,38	R\$ 79.648,56
	4	Caucaia	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	5	Fortaleza	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	6	Maracanaú	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	7	Pecém	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	8	São Gerardo	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	9	Messejana	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	10	Cascavel	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
<b>TOTAL GRUPO 1</b>							<b>R\$ 84.218,42</b>	<b>R\$ 1.010.621,04</b>
2	11	Acaraú	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	12	Camocim	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	13	Itapipoca	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	14	Umirim	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	15	Sobral	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	16	Tianguá	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	17	Ubajara	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64

TOTAL GRUPO 2							R\$ 50.657,04	R\$ 607.884,48
3	18	Baturité	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	19	Guaramiranga	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	20	Canindé	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	21	Quixadá	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	22	Crateús	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	23	Tauá	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
TOTAL GRUPO 3							R\$ 43.420,32	R\$ 521.043,84
4	24	Aracati	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	25	Jaguaribe	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	26	Jaguaruana	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	27	Limoeiro do Norte	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	28	Morada Nova	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	29	Tabuleiro do Norte	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
TOTAL GRUPO 4							R\$ 43.420,32	R\$ 521.043,84
	30	Crato	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	31	Juazeiro do Norte	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
			Locação de					

5	32	Iguatu	veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	33	Cedro	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	34	Lavras da Mangabeira	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	35	Campos Sales	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
	36	Mauriti	Locação de veículo sem motorista tipo pickup	mensal	R\$ 7.236,72	1	R\$ 7.236,72	R\$ 86.840,64
TOTAL GRUPO 5							R\$ 50.657,04	R\$ 607.884,48
TOTAL GERAL							R\$ 272.373,14	R\$ 3.268.477,68

9.5. Em complemento, o parcelamento da contratação por critérios geográficos mostra-se não apenas tecnicamente viável e economicamente vantajoso, mas também compatível com a capacidade administrativa do IFCE para gestão e fiscalização contratual. A divisão em lotes regionais facilita o acompanhamento da execução, a fiscalização dos serviços e a pronta resolução de eventuais ocorrências, ao mesmo tempo em que preserva a padronização dos requisitos técnicos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, não comprometendo a uniformidade da solução adotada.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação do serviço de locação impactará as seguintes contratações correlatas, as quais poderão ter seus valores e quantidades reajustados para baixo: 1) Contrato de gestão (manutenção) para a frota do IFCE; 2) Contrato de seguro.

10.1.1. As contratações relacionadas à manutenção da frota própria e à contratação de seguro veicular caracterizam-se como **contratações correlatas**, na medida em que possuem objeto semelhante e impacto indireto sobre a solução adotada, podendo ter seus quantitativos e valores reduzidos em razão da substituição parcial da frota própria por veículos locados.

10.2. Não se identificam **contratações interdependentes**, uma vez que a solução de locação de veículos contempla, de forma integrada, os serviços de manutenção, seguro e gestão da frota, não sendo necessária a celebração de contratos adicionais para a plena execução do objeto.

10.3. A alienação da frota própria, quando aplicável, configura-se como providência administrativa decorrente da solução adotada, a ser realizada nos termos do Art. 8º da Portaria Normativa nº 356/2025/GABR/REITORIA, não se caracterizando como contratação correlata ou interdependente.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está em consonância com o PDI 2024-2028: Suporta o objetivo estratégico *OE-21 Implementar soluções sustentáveis em todas as operações institucionais, visando a redução do impacto ambiental e o uso eficiente dos recursos naturais*, bem como o objetivo *OE-25 Aprimorar a alocação de recursos e ampliar a diversificação de receitas*.

11.2. No âmbito do Plano de Logística Sustentável - PLS (2024/2028), a contratação está alinhada ao plano de ação referente à elaboração de instrumentos de planejamento das aquisições e contratações contribuindo para com as práticas de sustentabilidade; e em consonância com a Portaria Normativa nº. nº 356/2025/GABR/REITORIA, no que tange à alternativa de locação frente à aquisição de novos veículos, bem como a previsão da alienação, consumo de combustível e emissão de gases.

11.3. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, Contratação nº. 158133/000089/2025, ID PCA: 10744098000145-0-000025/2025; ID ITEM PCA: 288; Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS.

11.4. Dessa forma, a contratação proposta evidencia aderência integrada aos principais instrumentos de planejamento institucional do IFCE, notadamente o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano de Logística Sustentável e o Plano Anual de Contratações, demonstrando que a solução adotada decorre de planejamento prévio, alinhado aos objetivos estratégicos, à sustentabilidade e à racionalização do uso dos recursos públicos.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação do serviço de locação de veículos tem por finalidade alcançar resultados concretos e mensuráveis no âmbito da logística institucional do IFCE, voltados à melhoria da eficiência operacional, à racionalização do uso dos recursos públicos e à sustentabilidade das atividades administrativas e finalísticas. Os resultados pretendidos a seguir refletem os benefícios esperados com a solução adotada, considerando seus impactos operacionais, econômicos, administrativos e ambientais, em alinhamento com os instrumentos de planejamento institucional.

12.1.1. Garantir a eficiência operacional e a sustentabilidade da logística institucional, assegurando o apoio às atividades-fim (ensino, pesquisa, extensão) com veículos adequados à demanda, eficientes no consumo de combustível e que minimizem o impacto ambiental.

12.1.2. **Disponibilidade:** Garantia de substituição imediata do veículo em caso de quebra, evitando cancelamento de viagens acadêmicas.

12.1.3. **Previsibilidade orçamentária e racionalização de custos**, por meio da redução de despesas extraordinárias com manutenção corretiva, seguros e gestão da frota própria.

12.1.4. **Otimização da gestão administrativa do transporte institucional**, com simplificação dos processos relacionados à manutenção, controle e fiscalização da frota.

12.1.5. **Otimização da gestão administrativa do transporte institucional**, com simplificação dos processos relacionados à manutenção, controle e fiscalização da frota.

12.1.6. **Aumento da confiabilidade e da segurança nas operações de deslocamento institucional**, com a utilização de veículos mais novos, padronizados e com manutenção assegurada.

12.2. Dessa forma, a contratação do serviço de locação de veículos busca promover ganhos operacionais, administrativos e econômicos, assegurando maior eficiência na utilização dos recursos públicos, melhoria na continuidade dos serviços institucionais e fortalecimento do apoio logístico às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, em consonância com os objetivos estratégicos e as diretrizes de sustentabilidade do IFCE.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Avaliação dos veículos da frota do IFCE para possível alienação conforme a Portaria Normativa nº. 356.

13.2. Além da avaliação dos veículos da frota própria para fins de alienação, deverão ser adotadas providências administrativas voltadas à organização da gestão e fiscalização do contrato de locação, incluindo a definição formal dos responsáveis pelo acompanhamento contratual, a adequação dos fluxos internos de solicitação e utilização dos veículos e a orientação dos servidores envolvidos quanto às regras de uso, controle e fiscalização da frota locada, de modo a assegurar o alcance dos resultados pretendidos com a contratação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O planejamento da presente contratação incorpora o compromisso com o Plano de Logística Sustentável (PLS) 2024-2028, que busca integrar critérios de sustentabilidade em todas as etapas do processo logístico.

14.2. No entanto, apresenta-se o seguinte impacto que deve ser atenuados com a incorporação dos requisitos de sustentabilidade.

14.2.1. Impacto: Emissão de CO<sub>2</sub> e consumo de combustíveis fósseis. Mitigação : Exigência de laudos de manutenção; veículos híbridos no caso da Minivan; classificação a partir da Nota C na categoria picape, conforme classificação quanto à Redução da Emissão de Poluentes (NMHC-CO-NO<sub>x</sub>) relativa aos limites do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE; possuir catalisador de gases nocivos ao meio ambiente, conforme as normas vigentes no País; apresentar consumo médio máximo de até 9 km/L, conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

14.2.2. Outro impacto ambiental relevante refere-se à geração de resíduos decorrentes da operação e manutenção dos veículos, tais como óleo lubrificante, pneus e baterias. Como medida mitigadora, a contratação prevê que a responsabilidade pelo gerenciamento e descarte ambientalmente adequado desses resíduos recaia sobre a empresa contratada, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com os princípios da logística reversa, contribuindo para a redução de riscos de contaminação do solo e dos recursos hídricos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

- 15.1. Declara-se VIÁVEL a contratação do serviço de locação de veículos, uma vez que a solução atende à necessidade institucional de transporte, é economicamente mais vantajosa que a manutenção da frota própria para esse fim, e está em total conformidade o PDI 2024-2028, o PLS 2024-2028, a Portaria Normativa nº 356/2025 e as recomendações do Relatório de Análise da Frota do IFCE.
- 15.2. A solução de locação apresenta-se superior à manutenção de frota própria para o transporte de grupos, alinhando-se às diretrizes de modernização administrativa e sustentabilidade do IFCE
- 15.3. Em complemento, a conclusão pela viabilidade da contratação fundamenta-se na análise integrada dos aspectos técnicos, econômicos, administrativos, orçamentários e ambientais examinados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, especialmente nos itens referentes à necessidade da contratação, levantamento de mercado, descrição da solução, estimativa de quantidades, estimativa de valor, impactos ambientais e alinhamento com o planejamento institucional, evidenciando que a solução proposta atende de forma adequada e sustentável ao interesse público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS ALEXANDRE BASTOS GONCALVES

Presidente



Assinou eletronicamente em 08/02/2026 às 15:01:16.

MARCOS ANDRE DAMASCENO CAVALCANTE

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 08/02/2026 às 07:27:38.

FRANCISCO EBISON SOUTO CANUTO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 08:10:22.

**LUIZ HERNESTO ARAUJO DIAS**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 09:16:47.*

**FERNANDO ANTONIO CARVALHO BARROS JUNIOR**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 14:55:54.*

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

### INDICADOR Nº 01: DISPONIBILIDADE DA FROTA

- **Finalidade:** Garantir que todos os veículos contratados estejam à disposição das unidades do IFCE para uso imediato<sup>4</sup>.
- **Meta a cumprir:** 100% de disponibilidade dos veículos previstos para cada Campus<sup>5</sup>.
- **Instrumento de Medição:** Relatórios mensais de utilização e ordens de serviço (OS) de saída de veículos.
- **Mecanismo de Cálculo:**  $X = (\text{Dias de veículo disponível}) / (\text{Total de dias do mês} \times \text{Nº de veículos do lote})$ .
- **Faixas de Ajuste no Pagamento:**
  - $X \geq 99\% \rightarrow 0\%$  de desconto sobre a fatura mensal.
  - $95\% \leq X < 99\% \rightarrow 5\%$  de desconto sobre o item/lote.
  - $X < 95\% \rightarrow 10\%$  de desconto sobre o item/lote<sup>6</sup>.

### INDICADOR Nº 02: PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULO (SLA)

- **Finalidade:** Garantir a continuidade do serviço público em caso de quebra, sinistro ou manutenção corretiva<sup>7</sup>.
- **Meta a cumprir:** Substituição do veículo em até 24 horas (ou prazo definido em contrato) após a comunicação da ocorrência<sup>8</sup>.
- **Instrumento de Medição:** Registro de chamados via e-mail e termo de entrega do veículo reserva.
- **Mecanismo de Cálculo:** Verificação do tempo decorrido entre a solicitação e a entrega do substituto.
- **Faixas de Ajuste no Pagamento:**
  - Cumprimento integral do prazo  $\rightarrow 0\%$  de desconto.
  - Atraso de até 12h além do prazo  $\rightarrow 2\%$  de desconto sobre a diária do veículo.
  - Atraso superior a 12h  $\rightarrow 5\%$  de desconto sobre a mensalidade do veículo afetado.

### INDICADOR Nº 03: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E IDADE DA FROTA

- **Finalidade:** Assegurar a segurança dos usuários e a manutenção da qualidade dos veículos<sup>9</sup>.
- **Meta a cumprir:** Realização das revisões conforme manual do fabricante e troca de veículos que atingirem 3 anos de uso<sup>10</sup>.
- **Instrumento de Medição:** Relatórios de manutenção preventiva e telemetria (odômetro)<sup>11</sup>.
- **Mecanismo de Cálculo:** Verificação mensal do status da frota e comprovantes de revisão.
- **Faixas de Ajuste no Pagamento:**
  - Manutenção em dia e idade dentro do limite  $\rightarrow 0\%$  de desconto.
  - Atraso na manutenção ou veículo com idade superior a 3 anos  $\rightarrow 10\%$  de desconto sobre a mensalidade do veículo específico até a regularização<sup>12</sup>.

### INDICADOR Nº 04: FUNCIONALIDADE DO SISTEMA DE RASTREAMENTO E TELEMETRIA



- **Finalidade:** Garantir o controle efetivo de deslocamento e segurança exigido no ETP<sup>13</sup>.
- **Meta a cumprir:** Sistema 100% operante com acesso remoto para o IFCE.
- **Instrumento de Medição:** Logs de acesso e relatórios gerados pelo software de rastreamento.
- **Mecanismo de Cálculo:** Disponibilidade técnica mensal do sistema.
- **Faixas de Ajuste no Pagamento:**
  - Sistema operante → 0% de desconto.
  - Indisponibilidade de dados de rastreamento por mais de 48h → 2% de desconto sobre a fatura total do lote.

**Memória de cálculo para composição dos custos de locação de veículos**

TIPO DE VEÍCULO: Pick-up 4x4		
item	Componentes de custo	Valor
1	Custo de manutenção do veículo	R\$ -
2	Custo de seguro veicular	R\$ -
3	Custo de ratreamento veicular (telemetria)	R\$ -
4	Custo indiretos, lucros e tributos	R\$ -
Valor Total da Mensalidade		R\$ -

TIPO DE VEÍCULO: SUV 4X4		
item	Componentes de custo	Valor
1	Custo de manutenção do veículo	R\$ -
2	Custo de seguro veicular	R\$ -
3	Custo de ratreamento veicular (telemetria)	R\$ -
4	Custo indiretos, lucros e tributos	R\$ -
Valor Total da Mensalidade		R\$ -

TIPO DE VEÍCULO: MINI VAN		
item	Componentes de custo	Valor
1	Custo de manutenção do veículo	R\$ -
2	Custo de seguro veicular	R\$ -
3	Custo de ratreamento veicular (telemetria)	R\$ -
4	Custo indiretos, lucros e tributos	R\$ -
Valor Total da Mensalidade		R\$ -

TIPO DE VEÍCULO: Pick-up 4x4	
VALOR MÉDIO DE MANUTENÇÃO POR MÊS	
VALOR MANUTENÇÃO MÊS	R\$ -

TIPO DE VEÍCULO: SUV 4X4	
VALOR MÉDIO DE MANUTENÇÃO POR MÊS	
VALOR MANUTENÇÃO MÊS	R\$ -

TIPO DE VEÍCULO: MINIVAN	
VALOR MÉDIO DE MANUTENÇÃO POR MÊS	
VALOR MANUTENÇÃO MÊS	R\$ -

<b>Veículo tipo: PICK-UP 4X4</b>	
valor do prêmio	
VALOR PRÊMIO MÊS	R\$ -

<b>Veículo tipo: SUX 4X4</b>	
valor do prêmio	
VALOR PRÊMIO MÊS	R\$ -

<b>Veículo tipo: MINIVAN</b>	
valor do prêmio	
VALOR PRÊMIO MÊS	R\$ -

TIPO DE VEÍCULO: ÔNIBUS	
VALOR DE TELEMETRIA POR MÊS	
VALOR TELEMETRIA MÊS	R\$ -

TIPO DE VEÍCULO: ÔNIBUS	
VALOR DE TELEMETRIA POR MÊS	
VALOR TELEMETRIA MÊS	R\$ -

TIPO DE VEÍCULO: ÔNIBUS	
VALOR DE TELEMETRIA POR MÊS	
VALOR TELEMETRIA MÊS	R\$ -

## Cálculo dos Custos Indiretos, Tributos e Lucros

### TIPO DE VEÍCULO: PICK-UP 4X4

Somatório dos itens 1+2+3+4+5		R\$	-
Custo indireto	6%	R\$	-
lucro	6%	R\$	-
tributos	14,25%	R\$	-
pis	1,65%	R\$	-
cofins	7,60%	R\$	-
iss	5%	R\$	-
<b>Total do CITL</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>

### TIPO DE VEÍCULO: SUV 4X4

Somatório dos itens 1+2+3+4+5		R\$	-
Custo indireto	6%	R\$	-
lucro	6%	R\$	-
tributos	14,25%	R\$	-
pis	1,65%	R\$	-
cofins	7,60%	R\$	-
iss	5%	R\$	-
<b>Total do CITL</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>

### TIPO DE VEÍCULO: MINIVAN

Somatório dos itens 1+2+3+4+5		R\$	-
Custo indireto	6%	R\$	-
lucro	6%	R\$	-
tributos	14,25%	R\$	-
pis	1,65%	R\$	-
cofins	7,60%	R\$	-
iss	5%	R\$	-
<b>Total do CITL</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>